



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES  
2.º CICLO

DIREITO PENAL IV. Turma D  
2015/2016 - 2.º Semestre

Regência: Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa Quintela de Brito

RESPONSABILIDADE PENAL DE ENTES COLECTIVOS (ASPECTOS  
SUBSTANTIVOS E PROCESSUAIS)

PROGRAMA

I

RESPONSABILIDADE PENAL DE ENTES COLECTIVOS: ASPECTOS  
SUBSTANTIVOS

1. Fundamentos, objectivos e estruturação da responsabilidade penal de entes colectivos
2. Entes colectivos penalmente responsáveis e entes colectivos não penalmente responsáveis (as excepções do n.º 2 do art. 11º do Código Penal - CP)
3. Facto da pessoa colectiva *versus* facto da pessoa singular. Responsabilidade penal cumulativa da pessoa jurídica e da pessoa singular e o princípio do “*non bis in idem*”.
4. Critérios objectivos de imputação do facto colectivamente típico à pessoa jurídica
5. Necessidade de um facto individual de conexão com a organização e a actividade da pessoa jurídica. Em sentido contrário, o Parecer da Procuradoria-Geral da República n.º 11/2013.
6. Comparticipação criminosa entre a pessoa jurídica e os seus titulares de órgãos, representantes e dirigentes?
7. Imputação subjectiva: como se constrói e se prova o dolo e a negligência da pessoa jurídica?
8. Acessoriedade e justificação do facto colectivo
9. Culpa jurídico-penal do ente colectivo?

10. Eventuais causas de desculpa do ente colectivo, em especial o erro sobre a ilicitude (art. 17º CP).
11. (Ir) Relevância dos mecanismos de *Compliance* na responsabilidade penal das pessoas colectivas.
12. Responsabilidade solidária e subsidiária dos dirigentes por multas não pagas em que foram condenadas as pessoas colectivas: casos, critérios e problemas de constitucionalidade
13. Responsabilidade penal em casos de fusão, cisão ou transformação de pessoas colectivas
14. A responsabilidade penal em grupos de empresas: situações e critérios de atribuição de responsabilidade penal à filial e/ou à empresa-mãe de um grupo
15. Breve confronto do artigo 11º do CP com o artigo 7º do Regime Geral do Ilícito de Mera Ordenação Social (RGIMOS); repercussões do artigo 11º do CP sobre o artigo 7º do RGIMOS

## II

### RESPONSABILIDADE PENAL DE ENTES COLECTIVOS: ASPECTOS PROCESSUAIS

1. O silêncio do Código de Processo Penal
2. O estatuto de arguido da pessoa colectiva: direitos e deveres (art. 61º CPP).
3. Critérios de determinação da competência material e conexão de processos
4. Notificação da pessoa jurídica e sua representação em juízo.
5. Submissão dos meios de obtenção de prova ao princípio da legalidade e as dificuldades da sua aplicação às pessoas jurídicas (arts. 171º ss CPP).
6. Medidas de coacção e de garantia patrimonial aplicáveis às pessoas jurídicas (arts. 191º ss CPP).
7. O direito de defesa da pessoa jurídica e o estatuto processual do seu dirigente no processo-crime contra ela dirigido, nos casos do art. 11º/2, als. a) e b) do CP.

### REGIME DE AVALIAÇÃO

De acordo com o n.º 1 e a alínea d) do artigo 3º do Regulamento de Avaliação de Conhecimentos nos Cursos de Especialização Integrados nos Mestrados de Bolonha, que pode ser consultado in

[http://www.fd.ulisboa.pt/LinkClick.aspx?fileticket=\\_h0aqv1zibs%3d&tabid=184](http://www.fd.ulisboa.pt/LinkClick.aspx?fileticket=_h0aqv1zibs%3d&tabid=184)), o regime de avaliação será o seguinte:

- ✚ **OPÇÃO A:** Realização de um exame escrito final (50%) + frequência de pelo menos metade das aulas leccionadas + participação oral (50%).
- ✚ **OPÇÃO B:** Realização de um exame escrito final + frequência de pelo menos metade das aulas leccionadas (100%)

De acordo com o art. 6º, n.º 2, do Regulamento de Avaliação de Conhecimentos nos Cursos de Especialização Integrados nos Mestrados de Bolonha, “a aprovação em cada disciplina do Curso de Especialização pressupõe a frequência de pelo menos metade das aulas ministradas”.

Os alunos das opções A e B que obtenham uma nota final entre 7 e 9 valores têm acesso a uma prova oral, a realizar na época ordinária de exames da unidade curricular, nos termos do art. 3º, n.º 4 do Regulamento de Avaliação.

De acordo com o art. 7º, n.ºs 1 e 3 do Regulamento de Avaliação, os alunos reprovados na época normal e os que desejem realizar melhoria de nota podem apresentar-se à época de recurso. O exame de recurso consistirá na realização de uma prova oral.

## BIBLIOGRAFIA

**ACTAS DO CONSELHO DA UNIDADE DE MISSÃO PARA A REFORMA PENAL** <http://www.mj.gov.pt/sections/newhome/actas-da-unidade-de/>

### **ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de**

- «A responsabilidade criminal das pessoas colectivas e equiparadas», *Revista da Ordem de Advogados*, Ano 66, Vol. II, Setembro de 2006, pp. pp. 627-651, também disponível em <http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe/>;
- *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2.ª edição 2010;
- *Comentário do Código de Processo Penal*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 4.ª Ed., Lisboa 2011.

### **ALVES, Patrícia Silva**

- *Aplicação de medidas de coacção às pessoas colectivas*, Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas Empresariais, n.p., Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Maio de 2013.

### **ASSUNÇÃO, Filipa Vasconcelos de**

- *A Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas – Em Especial a Problemática da Culpa*, Dissertação de Mestrado Forense orientado para a Investigação, Universidade Católica, Junho de 2010, disponível em

**BASOCO, J. M. Terradillos**

- «Responsabilidad por el producto. Una lectura jurisprudencial», JOSÉ RAMÓN SERRANO-PIEDECASAS/EDUARDO DEMETRIO CRESPO, *Cuestiones actuales de Derecho penal empresarial*, Madrid: Editorial Colex, 2010, pp. 107-136.

**BRANDÃO, Nuno**

- «O regime sancionatório das pessoas colectivas na revisão do CP», *Jornadas sobre a Revisão do CP*, número especial da *Revista do CEJ*, n.º 8, 1º Semestre 2008, pp. 41-54, também publicado em *Direito Penal Económico e Europeu. Textos doutrinários*, Vol. III, Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 461 ss.

**BRAVO, Jorge dos Reis**

- «Critérios de imputação jurídico-penal de entes colectivos (elementos para uma dogmática alternativa da responsabilidade penal de entes colectivos)», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 13, 2003, pp. 207-250;
- «Incidências processuais da punibilidade de entes colectivos», *Revista do Ministério Público*, n.º 105 (2006), p. 45-99.
- *Direito Penal de entes colectivos. Ensaio sobre a punibilidade de pessoas jurídicas e entidades equiparadas*, Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

**BRAVO, Teresa**

- “A responsabilidade das sociedades-mãe e das filiais em Direito Europeu da concorrência: análise crítica da jurisprudência AZKO NOBEL”, *RPCC* 23 (2013), pp. 613-656.

**BRITO, Teresa Quintela de**

- «Responsabilidade criminal das pessoas jurídicas e equiparadas: algumas pistas para a articulação da responsabilidade individual e colectiva», *Estudos em honra do Professor Doutor JOSÉ de OLIVEIRA ASCENSÃO*, Volume II, Coimbra: Almedina, 2008, pp. 1425-1443;
- «A determinação das responsabilidades individuais no quadro de organizações complexas», *Direito Sancionatório das Autoridades Reguladoras*, MARIA FERNANDAPALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO de SOUSA MENDES (Coord.), Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 75-103;
- «Autoria das contra-ordenações e dos dirigentes de organizações», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor JORGE DE FIGUEIREDO DIAS*, Vol. II, Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 203-231;
- «Crime omissivo e novas representações da responsabilidade social», *Liber Amicorum de JOSÉ de SOUSA e BRITO em comemoração do 70.º Aniversário. Estudos de Direito e Filosofia*, Coimbra: Almedina, 2009, pp. 921-943;
- «Responsabilidade criminal de entes colectivos. Algumas questões em torno da interpretação do artigo 11.º do Código Penal», *RPCC*, Ano 20, n.º 1, Janeiro-Março, 2010, pp. 41-71, também publicado em *Direito Penal Económico e Financeiro. Conferências do Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento*, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 227 ss.;

- «Questões de prova e modelos legais de responsabilidade contraordenacional e penal de entes colectivos», in *Direito Penal. Fundamentos dogmáticos e político-criminais. Homenagem ao Prof. Peter Hünerfeld*, Coimbra: Coimbra Editora, 2013, pp. 1209-1264, também publicado em MARIA FERNANDA PALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO DE SOUSA MENDES/CARLOTA ALMEIDA (Coord.), *Direito da Investigação Criminal e da Prova*, Coimbra: Almedina, 2014, pp. 131 ss.;
- «Domínio do facto, organizações complexas e autoria dos dirigentes», *Direito Penal Económico e Financeiro. Conferências do Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento*, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 163-200;
- «Fundamento da responsabilidade criminal de entes colectivos: articulação com a responsabilidade individual», *Direito Penal Económico e Financeiro. Conferências do Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento*, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 201-225;
- *Domínio da organização para a execução do facto: responsabilidade penal de entes colectivos, dos seus dirigentes e “actuação em lugar de outrem”*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Julho de 2012;
- “Relevância dos mecanismos de *Compliance* na responsabilização penal das pessoas colectivas e dos seus dirigentes”, *Anatomia do Crime*, n.º 0, Julho-Dezembro, 2014, pp. 75-91.

#### **CASI, Fermín Javier Echarri**

- “Las personas jurídicas y su imputación en el proceso penal: una nueva perspectiva de las garantías procesales”, *La Ley*, n.º 10088/2011, pp. 1-34.

#### **CAVERO, Percy García**

- “Las medidas aplicables a las personas jurídicas en el proceso penal peruano”, *Revista de Derecho*, Universidad de Piura. Vol. 7-2006, pp. 93-127.

#### **COSTA, José de Faria**

- «A responsabilidade jurídico-penal da empresa e dos seus órgãos (ou uma reflexão sobre a alteridade nas pessoas colectivas à luz do Direito Penal)», *Direito Penal Económico e Europeu*, Vol. I, Coimbra: Coimbra Editora, 1998, pp. 501-517.

#### **CRESPO, Eduardo Demetrio**

- *Responsabilidad penal por omisión del empresario*, Madrid: iustel, 2009;
- «Fundamento de la responsabilidad en comisión por omisión de los directivos de las empresas», JOSÉ RAMÓN SERRANO-PIEDRECASAS/EDUARDO DEMETRIO CRESPO, *Cuestiones actuales de Derecho penal empresarial*, Madrid: Colex, Madrid, 2010, pp. 11-37.

#### **DAMÁSIO, António**

- *O sentimento de si. O corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*, Mem Martins: Europa América, 2004.

#### **DIAS, Augusto Silva Dias**

- *Ramos emergentes do Direito Penal relacionados com a protecção do futuro (ambiente, consumo, genética humana)*, Coimbra: Coimbra Editora, 2008;
- «Linhas gerais do regime jurídico dos crimes contra interesses dos consumidores no Anteprojecto de Código do Consumidor», *Direito Penal Económico e Europeu. Textos doutrinários*, Vol. III, Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 557 ss..

**DIAS, Augusto Silva/RAMOS, Vânia Costa**

- *O Direito à não autoinculpação (nemo tenetur se ipsum accusare) no processo penal e contraordenacional português*, Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

**DIAS, Jorge de Figueiredo**

- *Direito Penal. Parte Geral. Questões fundamentais da teoria geral do crime*, Tomo I, Coimbra: Coimbra Editora, 1ª edição 2004, 2ª edição 2007.

**DÍEZ, Carlos Gómez-Jara**

- *La culpabilidad penal de la empresa*, Madrid-Barcelona: Marcial Pons, 2005;
- «Imputabilidad de las personas jurídicas?», *Homenaje al Profesor Dr. GOZALO RODRÍGUEZ MOURULLO*, Madrid: Thomson-Civitas, 2005, pp. 425-446;
- «El nuevo artículo 31.2 del Código Penal: cuestiones de lege lata e de lege ferenda», *Modelos de autoresponsabilidad penal empresarial. Propuestas globales contemporáneas*, CARLOS GÓMEZ-JARA DÍEZ (Ed.), Pamplona: Editorial Aranzadi, 2006, pp. 239-309;
- «La atenuación de la responsabilidad penal empresarial en el Anteproyecto de Código Penal de 2008: los compliance programs y la colaboración con la administración de justicia», ITZIAR CASANUEVA SANZ/JESÚS AGUSTÍN PUYEO RODERO, *El Anteproyecto de modificación del Código Penal de 2008. Algunos aspectos*, Bilbao: Universidad de Deusto, 2009, pp. 221-289;
- «La responsabilidad penal de las personas jurídicas en la reforma del Código Penal», *Diario La Ley*, 2010, n.º 7534, pp. 1-14;
- “Responsabilidad penal de todas las personas jurídicas? Una anticrítica al símil de la ameba acuñado por Alex van Weezel”. *Política Criminal*, Vol. 5, N.º 10 (Diciembre 2010), Doc. 1, pp. 455-475, disponible en [http://www.politicacriminal.cl/Vol\\_05/n\\_10/Vol5N10D1.pdf](http://www.politicacriminal.cl/Vol_05/n_10/Vol5N10D1.pdf);
- “La imputabilidad organizativa en la responsabilidad penal de las personas jurídicas. A propósito del auto de la Sala de lo Penal de la Audiencia Nacional de 19 de mayo de 2014” disponible en [http://www.juntadeandalucia.es/institutodeadministracionpublica/aplicaciones/boletin/publico/boletin60/Articulos\\_60/Gomez-Jara-Diez.pdf](http://www.juntadeandalucia.es/institutodeadministracionpublica/aplicaciones/boletin/publico/boletin60/Articulos_60/Gomez-Jara-Diez.pdf)

**FANEGO, Coral Arangüena**

- “Responsabilidad penal de la persona jurídica y medidas cautelares personales”, Universidad de Valladolid (España), REDEM - Revista de Derecho Empresarial, San José, Costa Rica, N.º.2 - Octubre 2014, pp. 83-115, disponible en <http://www.redemcr.org/contenido/responsabilidad-penal-de-la-persona-juridica-y-medidas-cautelares-personales/#sthash.izfwTkK4.dpuf>

**FINK, Grudun**

- “Gilt “nemo tenetur se ipsum accusare” auch für juristische Personen? Zum Problem der Selbstbelastungsfreiheit anlässlich des Entwurfs eines “Verbandsstrafgesetzbuchs””, *Wistra* 12/2014, pp. 457-463.

**GARCIA, Eva Vaz Freixo**

- “Análise da natureza da responsabilidade subsidiária prevista no artigo 8.º, n.º 1, do RGIT e da (in)constitucionalidade da sua aplicação, à luz do princípio da intransmissibilidade das penas”, *Revista de Direito das Sociedades*, Ano 5, n.º 4, 2013.

**GARCÍA, Nicolás Rodríguez**

- “Adecuación del proceso penal español a la fijación legal de la responsabilidad criminal de las personas jurídicas”, *Revista Penal*, n.º 35, 2015, pp. 139-172.

**GASPAR/CABRAL/COSTA/MENDES/MADEIRA/GRAÇA**

- *Código de Processo Penal Comentado*, Coimbra: Almedina, 2014.

**GODINHO, Inês Fernandes**

- *A responsabilidade solidária das pessoas colectivas em Direito Penal Económico*, Coimbra: Coimbra Editora, 2007;
- “Pessoas colectivas e processo penal: alguns apontamentos de uma tentativa impossível”, *Galileu. Revista de Economia e Direito*, Vol. XII, n.º 2, 2007, e Vol. XIII, n.º 1, 2008.

**GUEVARA, Juan Burgos Ladron de**

- “La responsabilidad penal de las personas jurídicas: aspectos procesales”, *La Ley*, n.º 6378/2011, pp. 1-14.

**HEINE, Günter**

- «La responsabilidad penal de las empresas: evolución internacional y consecuencias nacionales», *Anuario de Derecho Penal 1996*, Asociación Peruana de Derecho Penal, Perú - Lima, 1997, pp. 19-45;
- «Modelos de responsabilidad jurídico-penal originaria de la empresa», *Modelos de autoresponsabilidad penal empresarial*, CARLOS GÓMEZ-JARA DÍEZ (ed.), Pamplona: Editorial Aranzadi, 2006, pp. 25 ss.

**INCHAUSTI, Fernando Gascón**

- *Proceso penal y persona jurídica*, Madrid: Marcial Pons, 2012.

**JAKOBS, Günther**

- «Punibilidad de las personas jurídicas?», in PERCY GARCÍA CAVERO (Coord.) *La responsabilidad penal de las personas jurídicas, órganos y representantes*, Mendoza/Argentina: Ediciones Jurídicas Cuyo, 2005, pp. 47-70.

**LUÍS, Nuno Castro**

- “Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas”, *Politeia*, Ano II (2005), Julho-Dezembro, Coimbra: Almedina.

#### **MARQUES, Paulo**

- “A reversão de coimas contra os administradores e gerentes”, *Fiscalidade: Revista de Direito e Gestão Fiscal*, n.º 45, Janeiro-Março, 2001, pp. 43-76.

#### **MARTÍN, Adán Nieto**

- «La responsabilidad penal de las personas jurídicas: esquema de un modelo de responsabilidad penal», *Nueva Doctrina Penal*, n.º 1, 2008, pp. 125-159;
- *La responsabilidad penal de las personas jurídicas: un modelo legislativo*, Madrid: Iustel 2008.
- (Dir.) *Manual de cumplimiento en la empresa*, Valencia: Tirant lo Blanch, 2015.

#### **MEIRELES, Mário Pedro Seixas**

- «Sanções das (e para as) pessoas colectivas», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, ano 10, fasc. 4 (Outubro-Dezembro de 2000), pp. 511-534;
- *Pessoas colectivas e sanções criminais: juízos de adequação*, Coimbra: Coimbra Editora, 2006;
- «Responsabilidade penal das pessoas colectivas ou entidades equiparadas na recente alteração ao CP ditada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro: algumas notas», *Julgar*, n.º 5, Maio-Agosto de 2008, pp. 121-138.

#### **MENDES, Paulo de Sousa**

- «Responsabilidade criminal das sociedades comerciais», *Boletim da Faculdade de Direito de Bissau*, n.º 2, 1993, pp. 145-172;
- «A responsabilidade de pessoas colectivas no âmbito da criminalidade informática em Portugal», *Direito da Sociedade da Informação*, Separata do Vol. IV, Coimbra: Coimbra Editora, 2003, pp. 385-404;
- «Responsabilidade criminal das pessoas colectivas – Comentário ao texto final do artigo 11º do Anteprojecto de CP», Conferência n.p. proferida na Faculdade de Direito de Lisboa, no âmbito das *Jornadas sobre o Anteprojecto de CP*, Maio de 2006;
- *Lições de Direito Processual Penal*, Coimbra: Almedina, 2013;
- “O ónus da prova quanto à justificação objetiva do comportamento que indicia um abuso de posição dominante”, *RPCC* 23 (2013), pp. 123-135.

#### **MEXIA, Ana**

- “A intervenção do administrador da insolvência no processo penal em representação e defesa da pessoa colectiva insolvente e arguida”, *RPCC* 22 (2012), pp. 633-686.

#### **MOLINA, Pedro Bautista Martín**

- “La reforma del gobierno corporativo”, *Diario La Ley*, n.º 8493, 2015.

#### **MORALES, Oscar**

- “La persona jurídica ante el Derecho penal y el proceso penal”, *Homenaje al Profesor D. Juan Luis Iglesias Prada/Extraordinario-2011*, pp. 142-154, disponível

em

<http://www.uria.com/documentos/publicaciones/3202/documento/art18.pdf?id=3347>

**MOUTINHO, José Lobo**

- *Arguido e imputado em processo penal*, Universidade Católica Editora, 2000.

**NEILA, José María Neila**

- *La responsabilidad penal ante delitos cometidos por administradores sociales y personas jurídicas. Adaptada a la Ley de Sociedades de Capital, a la reforma del Código Penal de 2010 y a las medidas de agilización procesal de 2011, así como al RDL 9/2012, de 16 marzo*, Barcelona: Bosch, 2012.

**OLIVEIRA, Ana Paz Ferreira Perestrelo de**

- Anotações aos artigos 481.º-508.º, ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO (Coord.) *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, 2ª edição, Coimbra: Almedina, 2011;
- *Grupos de sociedades e deveres de lealdade. Por um critério unitário de solução do “conflito de grupo”*, Coimbra: Almedina, 2012;
- *Manual de Corporate Finance*, Coimbra: Almedina, 2015.

**OLIVEIRA, Ana Perestrelo de/FERRO, Miguel Sousa Ferro**

- «The sins of the son: parent company liability for competition Law infringements», *Revista de Concorrência e Regulação*, Ano 1, n.º 3, Julho-Setembro 2010, pp. 53-92.

**PALAO, Julio Banacloche/NIETO, Jesús Zarzalejos/DIÉZ, Carlos Gómez-Jara**

- *Responsabilidad penal de las personas jurídicas. Aspectos substantivos y procesales*, Madrid: La Ley, 2011.

**PALMA, Maria Fernanda**

- *Direito Penal. Parte Geral*, Vol. I, AAFDL, 1994;
- *Direito Penal. Parte Geral. A teoria geral da infracção como teoria da decisão penal*, AAFDL: 2013.

**PASAMAR, Miguel Angel Boldova**

- “La introducción de la responsabilidad penal de las personas jurídicas en la legislación española”, *Estudios Penales y Criminológicos*, Vol. XXXIII, 2013, pp. 219-263.

**PASCOAL, Ana Filipa dos Santos**

- *A análise da culpa na responsabilidade penal dos entes colectivos*, Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, 2013, disponível em [repositorio.ucp.pt](http://repositorio.ucp.pt)

**PENA, Ana María Neira**

- “La persona jurídica como nuevo sujeto pasivo del proceso penal en los ordenamientos chileno y español”, [Revista de derecho \(Coquimbo\)](#), RDUCN,

**PEÑA, Juan Antonio**

- *La persona jurídica en el proceso penal. Aspectos civiles, europeos, penales y procesales*, Dykinson, 2012.

**PINTO, Frederico de Lacerda da Costa**

- «O ilícito de mera ordenação social e a erosão do princípio da subsidiariedade da intervenção penal», *Direito Penal Económico e Europeu*, Vol. I, Coimbra: Coimbra Editora, 1998, pp. 209-274.

**PORTO, Manuel Lopes/VILAÇA, José Luís da Cruz/CUNHA, Carolina/ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel/ANASTÁCIO, Gonçalo**

- *Lei da Concorrência. Comentário Conimbricense*, Coimbra: Almedina, 2013.

**REGO, Carlos Lopes do**

- «Constitucionalidade do artigo 40º do Código de Processo Penal; intervenção no julgamento de arguida (pessoa colectiva) do juiz que na fase de inquérito decretou a prisão preventiva de outro co-arguido (pessoa singular)», *Revista do Ministério Público*, n.º 71 (1997), p.123-127.

**ROCHA, Manuel António Lopes**

- «A responsabilidade penal das pessoas colectivas - Novas perspectivas», *Direito Penal Económico e Europeu*, Vol. I, Coimbra: Coimbra Editora, 1998, pp. 431-488.

**SÁNCHEZ, Bernardo J. Feijóo**

- «Imputación objetiva en el Derecho penal económico y empresarial. Esbozo de una teoría general de los delitos económicos», *InDret* n.º 2/2009, Barcelona, pp. 1-74, também publicado em BERNARDO FEIJÓO SÁNCHEZ, *Cuestiones actuales de Derecho Penal Económico*, Montevideo/Buenos Aires: Editorial B de F, 2009, pp. 205-298, versão resumida «Problemas de imputación objetiva en el Derecho penal económico y empresarial», JOSÉ RAMÓN SERRANO-PIEDCASAS/EDUARDO DEMETRIO CRESPO, *Cuestiones actuales de Derecho penal empresarial*, Madrid: Colex, Madrid, 2010, pp. 63-83;
- «Autoría y participación en organizaciones empresariales complejas», in BERNARDO FEIJÓO SÁNCHEZ, *Cuestiones actuales de Derecho Penal Económico*, Montevideo/Buenos Aires: Editorial B de F, 2009, pp. 1-48, versão resumida «Imputación de hechos delictivos en estructuras empresariales complejas», *La Ley Penal*, nº 40 (2007), pp. 5-25;
- «Autorregulación y Derecho Penal de la empresa: una cuestión de responsabilidad individual?», in BERNARDO FEIJÓO SÁNCHEZ, *Cuestiones actuales de Derecho Penal Económico*, Montevideo/Buenos Aires, 2009, pp. 49-121.

**SERRA, Teresa**

- «Contra-ordenações: responsabilidade de entidades colectivas. A propósito dos critérios de imputação previstos no Regime Geral do Ilícito de Mera Ordenação Social e em diversos regimes especiais. Problemas de (in)constitucionalidade», *RPCC*, Ano 9 (199), Fasc. 2º, pp. 187-212.

**SIERRA, Pablo González**

- *La imputación penal de las personas jurídicas. Análisis del art. 31-bis CP*, Valencia: Tirant lo Blanch, 2014.

**SILVA, Germano Marques da Silva**

- «Responsabilidade penal das pessoas colectivas. Alterações ao Código Penal introduzidas pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro», *Jornadas sobre a Revisão do CP*, número especial da *Revista do CEJ*, n.º 8, 1º Semestre de 2008, pp. 69-97;
- *Responsabilidade penal das sociedades e dos seus administradores e representantes*, Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo, 2009;
- «Questões processuais na responsabilidade cumulativa das empresas e seus gestores», *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em Homenagem a JORGE de FIGUEIREDO DIAS, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português*, Coimbra Editora, 2009, pp. 789-803;
- *Direito Penal tributário. Sobre as responsabilidades das sociedades e dos seus administradores conexas com o crime tributário*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009;
- “Responsabilidade subsidiária dos gestores por coimas aplicadas a pessoas colectivas”, *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano II, n.º 3, 10/2009;
- “Da responsabilidade individual à responsabilidade colectiva em Direito Penal”, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor PAULO M. SENDIM*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2012;
- *Direito Processual Penal português. Noções gerais, sujeitos processuais e objecto*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013;
- “A pessoa colectiva como arguida no processo penal”, Conferência n.p., proferida no âmbito do I Curso de Outono sobre Direito Penal das Pessoas Colectivas, Outubro de 2014.

**SOUSA, João de Castro e**

- *As pessoas colectivas em face do Direito Criminal e do chamado Direito de Mera Ordenação Social*, Coimbra: Coimbra Editora, 1985;

**SOUSA, Susana Aires de**

- “«Societas publicas (non) delinquere potest: reflexões sobre a irresponsabilidade dos entes públicos no ordenamento jurídico português»”, trabalho apresentado em Nuevos caminos para Europa: El papel de las empresas y los gobiernos, in *Actas do XV Encuentro AECA “Nuevos caminos para Europa: El papel de las empresas y los gobiernos*, 20-21 de Setembro de 2012, Ofir;
- *A responsabilidade criminal pelo produto e o topus causal em Direito Penal. Contributo para uma protecção penal de interesses do consumidor*, Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

**TEIXEIRA, Carlos Adérito**

- «A pessoa colectiva como sujeito processual; ou a “descontinuidade” processual da responsabilidade penal», *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, n.º 8 (2008), n.º especial, p. 99-166.

**TOMILLO, Manuel Gómez**

- *Introducción a la responsabilidad penal de las personas jurídicas en el sistema español*, Valladolid: Lex Nova, 2010.

**TORRÃO, Fernando**

- “*Societas delinquere potest?*” *Da responsabilidade individual e colectiva nos “crimes de empresa”*, Coimbra: Almedina, 2010.

**VIANA, João Matos**

- «A (in)constitucionalidade da responsabilidade subsidiária dos administradores e gerentes pelas coimas aplicadas à sociedade», *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, n.º 2, Ano II, 2009;
- «Acórdão do Tribunal de primeira instância (terceira secção alargada) de 8 de Julho de 2008 Processo T-99/04. Os conceitos de autor e cúmplice de uma infracção ao artigo 81º TCE», *Revista de Concorrência e Regulação*, Ano 1 (2010), n.º 1, pp. 377-401.

**VICENTE, Pedro**

- “*Corporate governance*” e sector empresarial público em Portugal. *Contributo para um normativo regulador*, Coimbra: Almedina, 2015.

**YAGÜE, Rodríguez**

- “La protección de los whistleblowers por le ordenamiento español: aspectos substantivos y procesales”, LUIS ARROYO ZAPATER/ADÁN NIETO MARTÍN (Coord.), *Fraude y corrupción en el Derecho penal económico europeo. Eurodelitos de corrupción y fraude*, Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla da La Mancha, 2006.

Lisboa, 31 de Maio de 2015  
Teresa Quintela de Brito